

Entre o periférico e o hegemônico: uma análise do arranjo de ativismo alimentar periférico no Brasil a partir da Crioula | Curadoria Alimentar¹

Vitória Giovana Duarte (UFRGS)²

Resumo: Este trabalho aborda o ativismo alimentar no Brasil, com foco na organização Crioula | Curadoria Alimentar, para compreender os arranjos do ativismo alimentar periférico no país. A partir desse caso exemplar, a análise propõe que existem diferentes formas de performar o ativismo alimentar, categorizando-os em ativismo alimentar periférico e hegemônico. Assim, caracterizo o que estou propondo para pensar a primeira categoria e apresento hipóteses do que a diferencia desta segunda. A pesquisa utiliza abordagens dos Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias, sobretudo a Teoria Ator-Rede e as discussões sobre múltiplas ontologias/performances da realidade, além da literatura sobre sistemas e ativismo alimentar no Brasil. Campo incluiu análise de documentos, entrevistas semiestruturadas com membros da organização e observação participante em suas atividades. Conclusões preliminares destacam quatro diferenças fundamentais entre as formas dessas categorias performarem seu ativismo alimentar: a relação com o Estado, a influência no debate público sobre alimentação, as discussões centrais em suas agendas e a identidade das pessoas envolvidas nos arranjos e para quem eles são construídos.

Palavras-chave: Ativismo alimentar periférico. Virada ontológica. Afroperspectiva.

Introdução

O presente trabalho tem como tema ativismo alimentar no Brasil e analisa, mais especificamente, a organização Crioula | Curadoria Alimentar para entender como se dão os arranjos (*assemblage*, no original em inglês) de ativismo alimentar periférico no país. A Crioula é uma empresa que surgiu em 2017, a partir da iniciativa da nutricionista e mestre em Ciências Sociais, Bruna Crioula. Desde a sua fundação, a equipe da empresa tem sido integralmente composta por mulheres, que afirmam reivindicar a criação de soluções ecológicas nos diferentes sistemas alimentares, a promoção da conexão entre alimentação, ecologia e ancestralidade, o fortalecimento da preservação da agrobiodiversidade e a democratização do acesso a uma alimentação diversa e saudável, além de uma alimentação antirracista e afrocentrada, por meio da produção de conteúdos e a realização de vivências e laboratórios culinários. A partir desse caso-exemplar, busco propor que: (1) existem diferentes formas de performar o ativismo alimentar e que, portanto; (2) podemos dividir essas diferentes performances em duas categorias analíticas: ativismo alimentar periférico (o foco nessa pesquisa) e ativismo alimentar hegemônico (com o qual trabalho de forma

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS), sob orientação da professor Marília Luz David (PPGS/UFRGS). E-mail para contato: vitoriagduartw@gmail.com

complementar). Na seção “Análises e considerações finais”, caracterizo ambos e apresento minhas hipóteses do que os diferencia um do outro.

Dessa forma, ao falar em um ativismo alimentar periférico, busco problematizar e desestabilizar determinadas certezas que a literatura que embasa esta pesquisa tem sobre o tema, iniciando um debate sobre o que significa incorporar o adjetivo “periférico” às discussões sobre ativismo alimentar no Brasil, o que, até então, não conseguimos mapear em nenhuma outra pesquisa. Assim, espero que este trabalho possa contribuir para o campo de ativismos alimentares no Brasil ao analisar um caso exemplar de uma variação desse fenômeno — o ativismo alimentar periférico — ainda pouco examinada por tal literatura. Apesar de já existir uma carga significativa de publicações e estudos no país sobre movimentos sociais que se organizam em torno de temas alimentares, inclusive praticados por pessoas periféricas, poucos trabalhos recorrem explicitamente ao conceito de “ativismo alimentar”, como identificado por Portilho (2020). Ainda, nenhum faz a divisão analítica, aqui proposta, entre ativismo alimentar periférico e hegemônico, para pensar as diferentes performances de ativismo alimentar que existem. Utilizo as abordagens dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESCT), sobretudo a Teoria Ator-Rede (ANT), que não são comumente utilizadas nos estudos brasileiros sobre ativismo alimentar. Voltar nossa atenção à materialidade embutida nas práticas analisadas, como propõe a ANT, é o que nos permite construir uma metodologia bem descrita e transparente, aumentando o repertório de quem ou do que pode participar da ação e, assim, permitindo que acompanhem os movimentos feitos e desencadeados também pelos mais que humanos (Haraway, 1993).

Discussão teórica

Como supracitado, a pesquisa situa-se no campo dos ESCT, tendo principalmente como base a ANT, as discussões sobre múltiplas ontologias/performances da realidade, além da literatura sobre sistema e ativismo alimentar no Brasil. Mobilizo essa bagagem teórica, que faz parte do campo dos ESCT, para pensar a Crioula como um arranjo sociotécnico que constrói e performa versões particulares do que seria a alimentação, ecologia e ancestralidade e, principalmente, como essas três coisas se conectam; e, a partir desse estudo de caso, de qual forma grupos de ativismo alimentar periférico se constituem enquanto arranjos e buscam mediadores para eles de uma maneira diferente que outros grupos de ativismo alimentar, os quais classifico como hegemônicos.

Ao propor que deixemos para trás as tentativas de explicar a natureza em termos de sociedade, ou vice-versa, e a eliminar a dicotomia Sociedade/Natureza, a ANT nos convida a também não cometer a assimetria de remeter somente a fatores sociais, considerando

também os fatores classificados como naturais/materiais quando produzimos análises sociológicas sobre como a realidade é construída (Latour, 2012). Assim, o título de “ator” não é mais apenas concedido aos humanos, mas a tudo aquilo que causa movimento na rede, que produz diferenças e deixa rastros. Em uma análise que se restringisse a pensar atores humanos e suas respectivas ações, a preocupação dessa pesquisa estaria em explicar as diferentes construções do que constitui um alimento adequado e saudável para os diferentes agentes sociais, ou a partir de quais discursos as reivindicações dos grupos periféricos são feitas. Para avançar na discussão, no entanto, é essencial que incorporem as propostas da ANT e nos atentemos a importância dos elementos materiais (e.g. *Instagram*, conhecimento técnico e científico) na análise do que constitui o arranjo da Crioula.

Com “políticas ontológicas”, Mol (2008) combina os termos “ontologia” e “política” para propor pensar a realidade como algo que não é dado e nem único, mas como algo mutável. Com a virada ontológica, parte das autoras das Ciências Sociais passam a argumentar que não existe uma única realidade e várias representações dela, mas múltiplas formas de performá-la, de compor o mundo. Adotar os princípios da virada ontológica significa, portanto, inverter a causa e a consequência: a realidade não precede as práticas, são as práticas que constroem as realidades. E se as práticas são múltiplas, as realidades também devem ser. Pensando essas questões empiricamente, o trabalho que a Crioula desenvolve tencionando a ideia de uma alimentação adequada e saudável a partir da ancestralidade e de uma afroperspectiva sugere outra forma de fazer mundo, que ajuda a construir uma ontologia a qual leva em consideração o conhecimento de corpos cuja existência e os saberes são frequentemente subalternizados; estão construindo uma maneira de entender e performar uma alimentação adequada e saudável que é diferente das formuladas pelos grupos hegemônicos. Assim, trabalhar o ativismo alimentar periférico desenvolvido pela Crioula através da chave da virada ontológica nos ajuda a entender essas disputas que acontecem em torno da alimentação e das múltiplas formas de ativismo alimentar que podem existir.

Metodologia

Esse trabalho é parte da minha pesquisa em andamento enquanto mestranda em Sociologia. Dessa forma, a discussão proposta aqui é fruto do trabalho de campo da dissertação, o qual iniciou em maio de 2023 e tem previsão de término em julho de 2024, sendo o período maio/2023-dezembro/2023 considerado “campo exploratório”, por anteceder o período de qualificação do projeto. A análise, até o momento, incluiu entrevistas

semiestruturadas com integrantes³ da equipe atual da Crioula, as publicações do grupo na sua conta no *Instagram* e as aulas do curso “Curso Livre Alimentação Saudável numa Afroperspectiva”, organizado e ministrado pela Crioula, e a observação participante em atividades fechada do grupo (*e.g.* reuniões). Por se tratar de um campo em andamento, esse material ainda não passou por uma revisão e/ou análise sistemática, nem contou com o auxílio de *softwares* para tanto, mas tem sido registrado através de gravações (autorizadas pelas interlocutoras) e anotações no meu caderno de campo. Além da Crioula, existe a perspectiva de agregar mais quatro casos ao estudo: dois da cidade do Rio de Janeiro/RJ; um segundo da cidade Porto Alegre/RS; e o terceiro de Salvador/BA, para tentar fugir da exclusividade do eixo Sul-Sudeste e entender como o ativismo alimentar periférico se manifesta em diferentes regiões do país.

Sobre a Crioula | Curadoria Alimentar

Como supracitado, a Crioula é uma empresa fundada em 2017, a qual reivindica ser guiada por valores antirracistas, preocupadas e engajadas com a agrobiodiversidade, a ancestralidade, a democratização do acesso a uma alimentação diversa e saudável e a construção de alternativas afrocentradas e decoloniais sobre o que constitui uma alimentação adequada e saudável. A inspiração para o nome vem de uma junção entre o termo “crioula”, que na agroecologia é utilizado para nomear as sementes cuidadas e mantidas por comunidade tradicionais e “crioulo”, denominação pejorativa para se referir a descendentes de africanas e africanos nascidas no Brasil. O termo “curadoria alimentar”, presente no nome da empresa, surge a partir da compreensão das integrantes de que existe um processo de alfabetização e aproximação ecológica e ancestral das pessoas embutido na lógica da curadoria que é muito caro para o trabalho que elas desenvolvem na empresa. Embora seja sediada na cidade de Porto Alegre/RS a Crioula possui alcance nacional, tendo interlocuções com diversas outras capitais (*e.g.* Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília) através de cursos, palestras e demais atendimentos remotos e/ou presenciais. Sua principal fonte de comunicação são as plataformas digitais. De acordo com as minhas interlocutoras, o maior

³ Com exceção de termos ligados à ANT (antagonista, aliados, porta-vozes, atores e mediadores), esse texto toma o gênero feminino como o genérico. Ao invés de usar as contrações no universal masculino, o dito “gênero não-marcado”, ou colocar “os(as)”, tomo a escrita no feminino como o padrão. Essa é uma escolha que eu e a minha orientadora fazemos desde o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual também pesquisei o ativismo alimentar no Brasil. Durante o processo de escrita do TCC, passei a sentir um incômodo muito grande ao utilizar termos como “os consumidores” — no universal masculino — ao falar sobre alimentação, sabendo que as principais responsáveis pela compra e preparo dos alimentos têm seu gênero muito bem delimitado. Agora, discutindo sobre a Crioula, um projeto feito por mulheres e para mulheres, não consigo imaginar outro jeito de redigir esse texto se não esse.

alcance nas redes sociais e buscas por prestação de serviços vêm das regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente.

O projeto começou em 2017 como um blog, em que Bruna Crioula, a fundadora, compartilhava suas experiências enquanto mulher negra, em busca de conhecer melhor sua negritude, e nutricionista preocupada com questões socioambientais. Nesse mesmo período, ela passou a dar palestras e cursos presenciais, voltados para a popularização das Plantas Alimentícias Não Colonizadas (PANCs)⁴, principalmente na cidade de Brasília/DF. Em 2019, Bruna retornou a Porto Alegre e começou a estruturar, junto com uma amiga e sócia, uma linha de produtos ecológicos, vendidos em feiras, e a prestação de serviços de alimentação para pequenos eventos, além de cursos e trilhas ecológicas para conhecimento das Pancs. Quando o projeto começou a se consolidar e a ter melhor definição sobre os tipos de serviços que gostaria de oferecer, a pandemia da covid-19 e a calamidade pública, decretada no início do primeiro semestre de 2020, forçaram a Crioula a repensar toda sua estrutura. Os cursos, trilhas e demais serviços prestados presencialmente precisaram parar e a empresa teve que voltar seus trabalhos para o mundo remoto. Assim, surgiram aulas e palestras com encontros on-line e a comercialização de conteúdos sobre alimentação para outras empresas que se alinham ideologicamente com o projeto, entre outras atividades. Além disso, a partir das minhas interlocutoras, também aprendi que foi durante o contexto da pandemia que a Crioula passou a se colocar enquanto uma empresa de fato, focando na produção de conteúdos e demais produtos que davam retorno financeiro às integrantes, que, até então, destinavam boa parte do seu tempo a ações sem remuneração. Ou seja, a Crioula só “sobreviveu” à pandemia porque soube readaptar o arranjo da sua rede e incorporar novas práticas e atores, ao mesmo tempo em que fazia “cortes” no seu arranjo. Isso também demonstra que a Crioula não pode ser pensada enquanto um ator fixo, “eterno” — em outras palavras, o que a Crioula é (ou deixa de ser) se transforma conforme ela faz novas associações e/ou renuncia a antigas. Cada novo ator inserido no seu arranjo ajuda a defini-la.

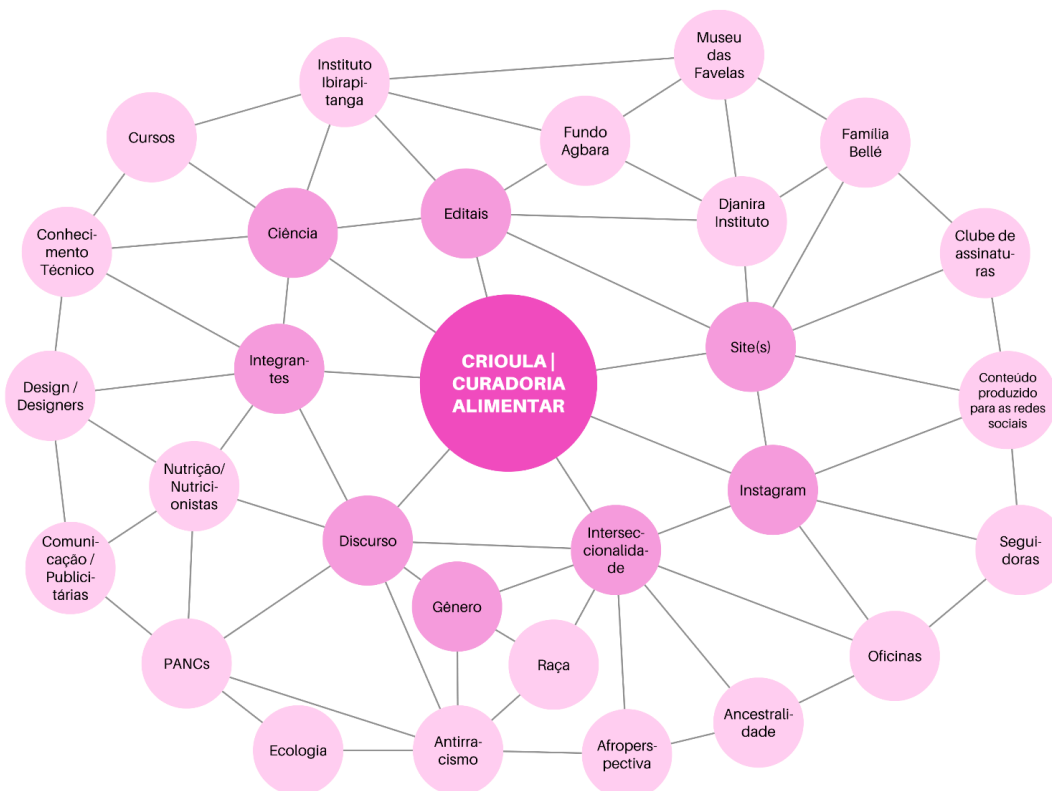
Atualmente, a Crioula conta com uma equipe de quatro mulheres negras, que afirmam ter um comprometimento com a difusão de uma alimentação que se propõe a fazer bem não apenas às pessoas, mas também ao planeta. De 2017 até hoje, 11 pessoas já

⁴ O acrônimo PANC foi concebido em 2008, pela nutricionista Irany Arteché, a partir da tese de doutorado do biólogo Valdely Kinupp, sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais (*e.g.* ora-pro-nobis, chaya, mangará, bertalha, caruru e taioba), que se refere a um conjunto de plantas comestíveis que não costumam ser encontradas em mercados nem consumidas em determinadas regiões ou por determinado grupo de pessoas. Contudo, existem debates, sob uma ótica contracolonial, que reivindicam o uso da expressão Plantas Alimentícias *Não Colonizadas*, porque entendem justamente que a convencionalidade ou não de uma planta está relacionado com a colonização e diversas questões que precisam ser levadas em conta, como o espaço geográfico. Ou seja, o alimento que é “não convencional” para determinado grupo, pode ser convencional para outro.

passaram pelo quadro de integrantes da Crioula, todas mulheres, a maior parte delas negras. Apesar de ter parcerias e ter alguns projetos financiados por crowdfunding, a Crioula também opera pela lógica do empreendedorismo e alguns dos seus serviços incluem a curadoria, a produção de conteúdos e a formação através de palestras, oficinas, tutoria acadêmica e imersões culinárias. A iniciativa conta com o apoio financeiro de organizações como o Instituto Ibirapitanga, o Fundo Agbara e o Instituto de Pesquisa e Ensino Djarina.

Em um levantamento inicial, pude mapear dois principais alvos de transformação dentro do ecossistema (como a equipe denomina sua organização) da Crioula: i. as práticas profissionais dos mais diversos tipos de mulheres, em especial, profissionais da nutrição e da área da saúde de forma geral; e ii. as práticas de consumo e de imaginário sobre alimentação adequada e saudável do seu público. Em ambos os casos, a intenção da Crioula é desenvolver ferramentas de enfrentamento à homogeneidade do sistema alimentar vigente, que deixa as populações negras ainda mais vulneráveis, sendo as maiores vítimas dos desertos alimentares e da insegurança alimentar, no que uma das minhas entrevistadas chamou de “Uma Sindemia Alimentar da população negra”.

Figura 1. O arranjo da Crioula em dezembro de 2023.



Fonte: elaborado pela autora.

Como ilustrado na Figura 1, podemos visualizar alguns dos principais atores que formam esse arranjo. Nota-se a presença de atores humanos, representados pelas

integrantes e pelas seguidoras das redes sociais da organização. Contudo, também é notável a predominância dos mais que humanos, representados por ferramentas como *Sites* da organização e/ou mobilizados por ela em algum momento, os discursos sobre antirracismo, afroperspectiva, as PANCs, oficinas, outras organizações com as quais a Crioula desenvolve trabalhos, entre outros. Mesmo os humanos do arranjo são atravessados, no que se refere ao movimento que geram no arranjo da organização, pelos mais que humanos: as integrantes do grupo também compõem o arranjo a partir das suas formações, como nutricionistas, designers, publicitárias, entre outras, e, conseqüentemente, do conhecimento técnico e científico que adquiriram nelas. Outro ponto a ser ressaltado é que, quando penso em organizações, tendemos a pensar principalmente nos agentes humanos que formam o “rosto” desses grupos, contudo, assim como a Crioula, elas também possuem seus próprios arranjos, compostos de humanos e mais que humanos. Assim, cada ator dentro do arranjo da Crioula possui o seu próprio.

Análise e Considerações Finais

O conceito de “ativismo alimentar” é mobilizado pela literatura de forma ampla, para entender indivíduos e/ou grupos cujas práticas possuem a intencionalidade de provocar transformações no sistema alimentar (Portilho, 2020; Schubert; Portilho, 2023). No entanto, partir do trabalho desenvolvido acompanhando a Crioula, que temos como caso-exemplar do que chamo de ativismo alimentar periférico, queremos apresentar a proposta de pensar o conceito de “ativismo alimentar” a partir de outras duas categorias. Dessa forma, antes de continuarmos, é essencial explicar o que queremos dizer quando falo em ativismo alimentar periférico e hegemônico, e por que fazemos essa diferenciação entre eles.

Por grupos de ativismo alimentar hegemônico, entendemos aqueles que possuem certa notoriedade e cujos argumentos têm um grande peso no que diz respeito ao debate público (*e.g.* influenciam espaços institucionais, como consultas públicas, ocupam posições em conselhos participativos do Governo Federal, pautam temas em campanhas nacionais) e às tomadas de decisão governamentais (*e.g.* participam da formulação de políticas públicas e normas de regulamentação) sobre questões alimentares, abordando elas em um sentido mais amplo, sem agregar necessariamente determinados recortes socioeconômicos, raciais e de gênero ao centro das suas demandas e discussões, geralmente tratando esses assuntos como secundários ou complementares (*e.g.* Associação Brasileira de Saúde Coletiva — Abrasco, Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, Idec, Slow Food) e que não necessariamente têm o compromisso de serem pensados por pessoas periféricas.

Já com o termo ativismo alimentar periférico, fazemos referência a grupos, organizados por indivíduos situados em posições geográfica e socialmente periféricas (Aderaldo, 2018), que não possuem o mesmo tipo de influência no debate público e decisões governamentais quando comparado aos grupos hegemônicos, e cujo ativismo tem questões de estratificação social (raça, gênero, renda, entre outros) no âmago das suas discussões sobre alimentação. Ou seja, o que propomos pensar com o termo “ativismo alimentar periférico” é que, além de se concentrar em discussões demarcadas como periféricas, ele também precisa ser construído *por pessoas periféricas*. Em um estudo realizado em três cidades — São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires—, Aderaldo (2018) percebeu, através dos seus interlocutores, que se ater a uma ideia de periferia única, com base normativa do termo (e.g. se referindo somente à posição geográfica ocupada), poderia ser um “verdadeira armadilha ideológica” (p. 72), defendendo uma percepção “móvel” do termo e dos seus usos. Nessa mesma linha, utilizo da proposição do autor para pensar uma ideia de periferia e periférico que não é única, nem estabilizada. Ao falar em “pessoas periféricas” entendo não apenas aquelas localizadas geograficamente à margem da sociedade, isto é, moradoras de vilas, favelas e/ou bairros pobres e que vivem em situação grave de vulnerabilidade, mas todas que tiveram seus corpos historicamente subalternizados. Ou seja, abraço a proposta de desestabilizar um periférico que é supostamente único e, então, trabalhar com identidades mais abertas.

Tendo essas questões em vista, é preciso salientar que o que está sendo posto aqui não é que esses grupos se antagonizam, ou seja, não estou afirmando que os grupos periféricos são, de alguma forma, subjugados em relação aos hegemônicos ou que eles são diametralmente opostos. Os definimos como tipos ideais distintos porque, embora tematizem questões muito similares, possuem nível de influência no debate público, características na composição desses arranjos — quem participa — e do modo como performam problemas alimentares, diferentes.

O ativismo alimentar no Brasil, segundo Portilho (2020), é dividido em duas gerações. A primeira, centrada na esfera institucional do Estado, enfatizava críticas éticas e desigualdade na distribuição de alimentos, liderada por ativistas da saúde. A segunda e atual geração, amplia as reivindicações da primeira, abordando riscos alimentares da produção industrial e questões ambientais. A transição entre as gerações reflete a percepção de que uma abordagem exclusivamente institucional não abrange as diversas necessidades e interações no campo alimentar, expandindo-o ao Mercado e às consumidoras. Portilho (2020) também observa que os grupos de ativismo alimentar no Brasil, em ambas as gerações, têm preferido direcionar suas estratégias de pressão e cobrança aos setores do

Estado, em vez de buscar mudanças na indústria relacionadas à produção e ao consumo de alimentos. Esses grupos concentram seus esforços em pressionar órgãos federais para regulamentar anúncios, rótulos e embalagens, destacando uma abordagem focada em mobilizações de longo prazo (Burlandy, 2011).

Nos últimos 20 anos, por exemplo, o ativismo alimentar no Brasil incorporou gradualmente a preocupação com o aumento do consumo de alimentos industrializados, posteriormente denominados ultraprocessados pelas pesquisadoras do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP). Desde os anos 1980, alimentos com alto nível de processamento e ricos em nutrientes prejudiciais à saúde, como sódio, açúcar e gordura saturada, têm ganhado espaço no cenário alimentar brasileiro (Bortoletto *et al.*, 2013). Pesquisas da literatura médica nacional (*e.g.* Louzada *et al.*, 2015; Monteiro; Canon, 2012), indicam uma associação entre esse padrão alimentar e o crescimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) na população, tornando essa questão central nas agendas dos grupos de ativismo alimentar no país. Assim, diante da associação entre o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e o crescimento de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, grupos de ativismo alimentar incorporam o conhecimento técnico revelado por pesquisas, destacando a popularização desses produtos. Esses ativistas passam a questionar a produção e o consumo desses alimentos, deslocando a discussão para o cerne de suas agendas (Duarte, 2023).

No entanto, quando observo ativismos periféricos, como a Crioula, percebo que a lógica de mobilizações não é exatamente a mesma dessas organizações hegemônicas, como categorizo as organizações pensadas por Portilho (2020) para exemplificar a segunda geração de ativismo alimentar no país. A tendência dos grupos periféricos é voltar suas ações diretamente aos indivíduos e às práticas, não ao Estado, visando atender demandas imediatas e intervir justamente onde existe a ausência do amparo estatal ou até a presença negativa dele para determinados grupos (Penna, 2020; Fleury *et al.*, 2021; Carvalho *et al.*, 2022). Assim, eles priorizam ações — de diálogo, ensino, doações — voltadas às comunidades. Mesmo podendo ter múltiplas esferas de incidências (*e.g.* Estado, mercado, sociedade e/ou militância), suas atuações têm um caráter mais imediato, orientado diretamente a populações em situação de vulnerabilidade, as quais são as primeiras a sentir o aumento da insegurança alimentar no país com crises sanitárias e econômicas (Magalhães, 2020) como a da covid-19.

No caso da Crioula, existe também a intenção de transformar as práticas alimentares, cuja lógica eurocentrada é reproduzida e reafirmada pelo Estado e pela Ciência. O que a Crioula busca são alternativas aos movimentos de ativismo alimentar hegemônicos,

profissionais da saúde engajados e documentos técnicos e oficiais (*e.g.* Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014) que, segundo o grupo, possuem uma definição branca sobre o que constitui uma alimentação saudável, sem considerar as especificidades de culturas alimentares africanas e/ou afrodescendentes. Isso também deixa muito evidente que o significado de alimento “inteiro”, “saudável” e de “qualidade” não é algo objetivo, dado ou uma verdade absoluta, mas objeto de disputas (David; Guivant, 2020) entre diferentes grupos.

Em um exemplo mais concreto, podemos pensar o arranjo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) para refletir sobre essas diferenças. Não é que a organização não faça discussões sobre o peso que raça, classe, gênero e suas intersecções têm quando falamos de alimentação, mas essa não é sua discussão central (Duarte, 2023). Esses são pontos que ocupam a “borda” dos debates principais da organização. O que grupos como a Crioula fazem é partir dessa margem para elaborem suas reflexões, valores e práticas. E, então, mover questões que estão na “borda” das agendas de outros grupos, até o centro das suas próprias discussões. O aumento do consumo dos ultraprocessados no Brasil, por exemplo, tende a ser trabalhado de forma generalizante, com discussões sobre desertos alimentares que acabam sendo atravessadas por questões de raça e classe, com predominância dessa última, mas que dificilmente colocam esses atravessamentos no centro do debate público (*e.g.* Idec, 2019).

Sendo assim, sintetizo minhas hipóteses da seguinte maneira: existem diferenças fundamentais entre o ativismo alimentar periférico e o hegemônico: *i.* enquanto o último opera para criar pontes com o Estado (políticas públicas, regulamentações de alimentos), o primeiro tem a intenção de agir justamente onde há omissão da ação estatal, ou uma ação estatal negativa para um determinado grupo de pessoas; *ii.* o espaço que cada um ocupa no debate público sobre alimentação é diferente e, com frequência, protagonizado pelos grupos hegemônicos; *iii.* as discussões que ocupam o centro e a borda dos seus arranjos organizacionais e de mobilização são distribuídas de formas diferentes, isto é, questões de raça, gênero e classe são secundárias em relação a um tema geral (*e.g.* desertos alimentares), elas são “apenas” questões que atravessam isso — enquanto que para os grupos periféricos essas discussões são seus pontos de partida; e *iv.* em adição ao item *iii*, além de ser pensado para atender as demandas de pessoas periféricas, para ser denominado “ativismo alimentar periférico”, precisa também ser organizado por pessoas periféricas.

Referências

- ADERALDO, Guilherme. Visualidades urbanas e poéticas da resistência: reflexões a partir de dois itinerários de pesquisa. *Revista Antropolítica*, n. 45, Niterói, p.66-93, 2018.
- BORTOLETTO MARTINS, Ana P.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; MOUBARAC, Jean C.; MONTEIRO, Carlos A. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista Saúde Pública*, v. 47, n. 4, p. 656-65, 2013.
- BURLANDY, Luciene. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 63-72, jan, 2011.
- CARVALHO, Priscila D. de; TEXEIRA, Marco A.; MOTTA, Renata; PENNA, Camila. Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022.
- DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia S. Os Padrões de Identidade e Qualidade dos alimentos: uma análise de suas transformações no Brasil. *Revista Mediações (UEL)*, v. 25, p. 247-264, 2020.
- DUARTE, Vitória G. *Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <lume.ufrgs.br/handle/10183/254860>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma; MAGALHÃES, Alexandre. Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 23, p. 256-279, set-dez/2021.
- HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. *Estudos Feministas*, n2., p. 277-292, 1993.
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. *Entre desertos e pântanos: quando a geografia urbana é um obstáculo para alimentação saudável*. 2019. Cartilha.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA, 2012.
- LOUZADA, Maria, L. da C.; BORTOLETTO MARTINS, Ana P.; CANELLA, Daniela S.; BARALDI, Larissa G.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; CANNON, Geoffrey; MONTEIRO, Carlos A. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 38, p. 1-11, 2015.
- MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. *Tessituras: revista de antropologia e arqueologia*, v. 8, p. 80-86, jan-jun 2020.
- MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (Org.). *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- MONTEIRO, Carlos. A.; CANON, Geoffrey. The Impact of Transnational “Big Food” Companies on the South: A View from Brazil. *PLoS Medicine*, v. 9, n.7, p. 1-5 jul. 2012.

PENNA, Camila. *Ativismo e políticas públicas durante a pandemia*. Instituto de Filosofia e Ciências Humana - IFCH. 2020. Disponível em: ufrgs.br/ifch/index.php/br/ativismo-e-politicas-publicas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 23 jan. 2024.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político — Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 411-432, mai. 2020.

SCHUBERT, Maycon N.; PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, Maycon N.; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio (Org.). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.